



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

DIANA MARIA JUSTINO DE SOUZA

QUEM SOU EU, SINIMBU?

MACEIÓ/AL
NOVEMBRO DE 2024

DIANA MARIA JUSTINO DE SOUZA

QUEM SOU EU, SINIMBU?

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à
Universidade Federal de
Alagoas, como requisito para obtenção
do título de Bacharelado em
Jornalismo.
Orientadora: Profa. Dr^a:
Magnólia Rejane Andrade dos Santos

MACEIÓ/AL
NOVEMBRO DE 2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Helena Cristina Pimentel do vale – CRB-4 – 661

S719q Souza, Diana Maria Justino de.

Quem sou eu, Sinimbu? / Diana Maria Justino de Souza. – 2024.
32 f. : il.

Orientadora: Magnólia Rejane Andrade dos Santos.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Bacharelado em Jornalismo) –
Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.
Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 30-32.

1. Pessoas em situação de rua. 2. Travesti. 3. Praça Sinimbu (Maceió, AL). 4. Direitos Humanos. 5. Estigma. I. Título.

CDU: 316.334.4-058.17(813.5)

“Será que você sabe que no fundo eu tenho medo

De correr sozinha e nunca alcançar?”

- Liniker em CAJU

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO.....	5
2. INTRODUÇÃO.....	7
3. OS ESTIGMAS: COMO PODE UM SER INVISÍVEL SER VISÍVEL AOS OLHARES DEPRECIATIVOS?.....	9
4. OS MENORES E A REALIDADE PUNGENTE QUE PREMATURAMENTE OS ATRAVESSAM.....	12
5. OS CENTROS POPS.....	16
6. DA LUTA PELA VIDA E À SOBREVIVÊNCIA: O QUE FAZ UMA TRAVESTI CHORAR?.....	21
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
8. EPÍLOGO.....	26
9. SOBRE A AUTORA.....	29
10. REFERÊNCIAS.....	30

QUEM SOU EU, SINIMBU?

PREFÁCIO

O processo de pesquisa e construção deste trabalho me suscitaram diversos e distintos sentimentos, dos quais alguns eu não imaginaria sentir. Alguns ainda reverberam toda vez em que volto a essa parte deste ensaio, ao qual me proponho a tecer. Admito, portanto, que essa seção foi revisitada durante todo o período de construção deste instrumento social político, digo ainda que iniciei a escrita já no prefácio.

Recapitulando os eventos que acometeram e atravessaram-me alguns sentimentos parecem ressurgir no mais profundo de meu âmago remetendo em mim a sensação de desconhecimento e perda de mim mesma. Fico paralisada enquanto minha mente remonta centenas de imagens por segundo em minha cabeça. Experimentei e vi muitas coisas, por esse motivo a necessidade de transpor a você leitor/a as experiências as quais me submeti propositalmente ou não que tornaram este trabalho real e necessário.

Em mim, o manifesto em ser ouvida e dar voz àqueles que são invisíveis perante a sociedade, indivíduos cujos papéis sociais pouco ou não importam para os demais. Por isso a aptidão para o jornalismo, que se configura para mim enquanto um campo amplo de atuação intelectual que me proporciona por exemplo a construção deste projeto. Sinto-me contemplada por esse campo de estudo que me arrebatou desde 2018, do qual eu me dignifico a pautar o que não é pautado, a trazer à luz da interlocução diálogos necessários para construção de comunidades acolhedoras, que conheçam seus direitos e lutem por eles.

A minha existência enquanto mulher travesti negra me colocam também como um dos personagens desta obra. A realidade que vivo cotidianamente, os estigmas a mim atribuídos não me afastam dos personagens que me aproximei, de toda pessoa com quem conversei e compartilhei os mesmos espaços de vivência. Ao contrário, me aproximaram para que eu pudesse enxergar e identificar situações que vão além de teorias sociológicas. Há muito intrínseco ao cerne da temática.

Iniciei minhas pesquisas em fevereiro de 2023 quando um determinado evento me abriu os olhos para uma realidade que ia além de mim, uma realidade que afeta milhões de pessoas invisíveis no Brasil. Indivíduos em situação de rua, humanos cuja humanidade muitas vezes é tirada ou perdida pelas mazelas que assolam as ruas e avenidas, mas também pela ausência de duas coisas simples, mas grandiosas: amor e cuidado.

Meu local de pesquisa foi a centenária Praça Visconde de Sinimbu ou simplesmente Sinimbu, situada no centro da capital alagoana com acesso para a Avenida da Paz onde uma imensidão de azul se desdobra até o horizonte. Não há registros da inauguração da praça considerando o clima político acirrado que dominou Alagoas no final de 1911 e início de 1912, quando Euclides Malta teve que fugir do Palácio dos Martírios no final de janeiro, sendo afastado do poder.

A Sinimbu há muito tem sido o espaço de vivência de muitos, a morada, o lar. Ao escrever essas palavras e entendendo o significado padrão delas sinto-me em estado de cólera. Serve de abrigo para centenas de indivíduos subalternos, pessoas que tiveram sua dignidade ceifada socialmente, alguns se perderam ao caminhar pelo caminho tortuoso de drogas ilícitas, outros expulsos de casa por diversos motivos, como é o caso das meninas trans e travestis que veem na Avenida da Paz uma forma de sustento e ainda há aqueles que saem de suas cidades de origem para tentar alguma medida de sucesso financeiro ou comprimir dores do passado como é o caso de uma das pessoas que mais nutri admiração e respeito, este que saiu de um estado vizinho para Alagoas, pois não suportava a perda da mãe.

Fui acolhida de forma muito humanizada pelas pessoas que conheci naquela época, algumas sabiam meu interesse acadêmico, outras não se importavam. Compartilhamos momentos muito variáveis, entre conversas, conselhos e momentos quase sempre acompanhados de Pitu, a cachaça. Na mercearia próxima, o litro custa dez reais e quem tem “botava sua intera” para comprar. Tenho várias lembranças daquele período que durou cerca de três meses em que eu vivi como tal, como uma pessoa igual a qualquer um naquela situação, embora soubessem que eu tinha um lar, emprego e estudo. Não houve nenhum aproveitamento de mim, sinto que contribui muito para a valorização de si mesmo de algumas pessoas com que tive mais aproximação e de que evolui como ser humano.



Litro de Pitú, cachaça muito consumida pelos que vivem na Sinimbu

INTRODUÇÃO

A crença de uma grande parte da sociedade é de que pessoas em situação escolhem viver nessa condição. Isso não é uma verdade absoluta e é isso que pretendo desmistificar neste trabalho. Trazer luz aos olhos que não veem e aos que temem enxergar.

Lembram do poema *O Bicho* de Manuel Bandeira que nos foi apresentado nos primeiros anos de alfabetização? Uma obra-prima que poderia servir já naquele tempo enquanto fonte de conscientização para a criação de políticas públicas eficazes em prol desses indivíduos e para auxiliar na desconstrução de estigmas.

Não é de hoje que a rua é abrigo para muitos, também não são atuais os índices de pobreza e fome entre aqueles que possuem ou não um teto. São questões

intrínsecas à sociedade que sobrevivem ao longo dos anos e pouco se fez em relação à cessação dessas mazelas que afetam não apenas uma parcela de pessoas, mas a sociedade em geral em sentidos de bem-estar, equidade, dignidade e socialização.

De acordo com pesquisas do Observatório de Políticas Públicas da UFMG, em 2024, mais de 260 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil, a faixa etária é entre 18 e 59 anos. Um dos pilares que sustentam essa realidade é o racismo, tendo em vista que ainda de acordo com a pesquisa 70% dessa população é negra. Ora, num país miscigenado como o Brasil, o segundo país com maior existência de pessoas negras e pretas fora do continente africano, o racismo não poderia ser diferente dado ao seu *modus operandi*.

Em Maceió, capital alagoana, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua em Alagoas estima que mais de 4.500 pessoas vivem em situação de rua espalhados em diversos pontos da capital. Além de grupos de apoio e entidades sem fins lucrativos que fornecem alimento, água e dormida, nesse último caso os albergues e casas de passagem, por exemplo. Existem entidades governamentais de cunho estadual ou municipal que atendem essas pessoas. Os Centro Pops são centros de acolhimento onde ofertam alimento, proporciona higiene pessoal, momentos recreativos, além de auxiliar em assuntos burocráticos como documentação, solicitação de auxílio do Governo Federal e marcação de consultas e exames,

Ao todo, três centros prestam atendimento a essa população em Maceió, o Centro Pop I, no bairro do Jaraguá, o Centro Pop II no bairro da Levada e o Centro Pop III no Benedito Bentes. Os centros são equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que são referências à população em vulnerabilidade social como os personagens que sem identificação fundamentam este trabalho.

Sob o ponto de vista da saúde, é a alta a prevalência de doenças como Tuberculose, HIV/Aids, dermatites, comorbidades psiquiátricas, e uso abusivo de drogas. O alcoolismo e outras drogas geralmente estão relacionados tanto com a manutenção das pessoas na rua, quanto com a exposição delas à violência.

Diante do exposto, os enfermeiros de saúde em especial aqueles que atuam no Consultório de Rua costumam ser os primeiros prestadores de serviços de saúde a conhecer as pessoas em situação de rua e são altamente eficazes a fim de produzir resultados positivos e reduzir comportamentos de risco. São esses profissionais que primeiro têm acesso ao paciente precarizado e podem encaminhá-los para o serviço necessário em cada situação.

O uso do álcool é, principalmente, usado como inibidor do frio que aplaca durante às noites quando o que as pessoas têm geralmente é um lençol fino doado

pelas pessoas e lideranças religiosas que operam em prol das pessoas em situação de rua, oferecendo comida, lençóis e roupas. Além, de evangelizar perante os corpos presentes como consolidação de seu trabalho e forma de evangelização dos mesmos.



Pessoas em fila para receber alimento de uma comunidade religiosa de Maceió

OS ESTIGMAS: COMO PODE UM SER INVISÍVEL SER VISÍVEL AOS OLHARES DEPRECIATIVOS?

Os gregos enquanto grandes detentores de conhecimentos de recursos visuais criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo do indivíduo e serviam como forma de aviso para evidenciar se o portador era um escravo, um criminoso ou traidor. Sendo assim, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos.

O termo permeou a era cristã num sentido bem próximo ao que os gregos definiram e sobreviveu até a contemporaneidade recebendo conotações distintas, mas que não se distancia tanto do sentido original. O termo tem sido amplamente discutido academicamente, onde uma das maiores referências é Erving Goffman, antropólogo, sociólogo e escritor canadense. Goffman escreveu em 1963 o livro *Estigma: Notas sobre a*

Manipulação da Identidade Deteriorada onde reexamina os conceitos de estigma e identidade social detendo-se em todos os aspectos da situação da pessoa estigmatizada como personagens estudados na época: dos boêmios aos delinquentes, das prostitutas aos músicos de jazz, dos ciganos aos malandros de praia, do mendigo todos têm, neste livro, sua imagem humanamente explicada à luz da antropologia social. Por isso, o trabalho de Goffman é essencial para a discussão sobre estigmatização social.

Como explica Goffman, estigma é a situação em que o indivíduo se encontra inabilitado para a aceitação social plena. Em seu trabalho, o autor apresenta três tipos de estigmas nitidamente diferentes. O primeiro, trata das abominações corporais e deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual que o autor exemplifica como crenças falsas e rígidas, desonestidade, vícios e comportamento político radical. Por fim, há o estigma de raça, nação e religião. Nesses exemplos, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, é possível perceber as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui algum traço que pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, acabando com a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

Tais noções de estigma apresentadas por Goffman sobrepõe que o ser estigmatizado não é visto completamente como um humano. Essas mesmas noções colocadas sob a luz da reflexão para a construção desse trabalho, remete a nítida imagem que os negros, as mulheres trans e travestis, as pessoas com deficiência, todos esses em situação de rua que fundamentam esse trabalho são alvos de uma estigmatização tirânica e silenciosa que os segrega e os impõem à marginalidade social.

A maioria da população brasileira é negra, logo, é possível afirmar que a maioria de pessoas em situação de rua também é negra, são dois fatores excludentes. A questão racial no Brasil tem sido eugenista por séculos, a situação apontada aqui é um reflexo das tentativas históricas de apagamento e exclusão dos negros da sociedade.

Pego me refletindo e relembro o rosto de cada homem, mulher, criança negros que pude conhecer diretamente ou não nos momentos em que estive na praça Sinimbu e outros locais de socialização como os centros pops. Cada um com uma história diferente, mas flagelados por estigmas.

Ainda sobre as vítimas de estigmas que inspiram esse trabalho, nenhum indivíduo, a meu ver, chama mais atenção que as mulheres trans e travestis que reivindicam um local na praça ou na Avenida da Paz, um dos locais de trabalho. O retrato

social da mulher trans e travesti no Brasil é desumano, principalmente se a identidade de gênero vier acompanhada de outra característica de exclusão: a raça.

Além disso, outros fatores pesam sobre a condição desse indivíduo como a escolaridade e vícios. Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2019, 90% da população transexual e travesti tem a prostituição como fonte de renda e alternativa de sobrevivência. O Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, a expectativa de vida é de 35 anos e parece diminuir.

Esses levantamentos e experiências as quais fui submetida por ser uma mulher trans e negra, aguçam meu olhar para a vivência de cada mulher trans e travesti que conheci e ainda mantenho contato. Vivências essas que submetem nossos corpos à uma marginalidade cruel que ceifa nossos direitos civis e nossas vidas, muitas vezes, prematuramente.

Quando apareci na praça Sinimbu pela primeira vez em fevereiro de 2023, as primeiras travestis que tive contato não sabiam o que é ter seu nome e gênero retificados civilmente na documentação. Cogitei ajudá-las a conseguir esse direito mínimo que detemos, mas a grande maioria delas e das pessoas em geral que estão na mesma situação sequer possui todos, ou pelo menos, os principais documentos de identificação. As ruas não dão a segurança de portar e guardar documentos, bem como os Centros Pops, embora, guardem os pertences dos usuários, carecem de cuidado e atenção para tal demanda.

Além dos personagens que apresento neste capítulo há indivíduos também estigmatizados cuja vivências e conjuntura socioeconômica os colocam em contextos semelhantes aos demais. Me refiro às crianças, aos menores em situação de rua que carecem de uma assistência maior no sentido de políticas públicas para que os mesmos extingam a periculosidade que os empregam.



Estátua de Visconde de Sinimbu

OS MENORES E A REALIDADE PUNGENTE QUE PREMATURAMENTE OS ATRAVESSAM

Esse capítulo busca introduzir e a partir de um retrospecto histórico analisar os contextos em que crianças e adolescentes estiveram inseridas desde o final do século passado até os dias atuais e como a realidade é apresentada hoje.

Segundo Gohn, no século passado, as crianças e adolescentes eram denominados “menores” de modo a estigmatizar esses indivíduos à uma parcela pobre da sociedade, advinda das camadas populares, vítimas de sua situação socioeconômica, submetida aos mais diversos tipos de violência, abrangendo do âmbito doméstico à rua.

Ainda de acordo com a autora outras denominações foram associadas aos “menores”, tais como: infrator, trombadinha, moleque de rua, marginal, ladrãozinho,

delinquente, abandonado, etc. Algumas denominações ainda perduram atualmente bem como acompanhadas de outras como: cheira cola, esmoleu, aviãozinho ou até mesmo traficante. Isso eu pude constatar acompanhando o dia a dia dos público infanto-juvenil que ocupava e ocupa a praça Sinimbu. Vale ressaltar que esse público ao qual tive contato estava numa faixa etária entre zero e dezesseis anos.

A pobreza e a miséria sempre foram o cenário de uma situação de omissão da sociedade e por parte do poder público. Historicamente, os órgãos públicos e instituições criados para assistir jovens “delinquentes” contribuíram muito para a estigmatização da infância pobre no Brasil. Isso devido ao caráter eugenista em que a forma de disciplinar esses indivíduos era baseada em rígida disciplina, isolamento, uniformes e repressão.

Em 1927, foi promulgado o Código de Menores Delinquentes, o mesmo definia o “menor perigoso” decorrente da situação de pobreza. Esta caracterização, só se alterou com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 que reconhecia que as condições socioeconômicas eram geradoras das ações infracionais.

O ECA é um dos principais instrumentos para descriminalização dos menores atuando em três princípios: o da cidadania, o do bem comum e o da condição peculiar de desenvolvimento. O principal êxito do Estatuto é o reconhecimento dos direitos básicos da criança e do adolescente com base no texto constitucional de 1988, em seu artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Seguem-se ao artigo vários parágrafos e incisos.

A partir dos anos 70, a problemática dos menores passou a receber mais atenção dos veículos de imprensa e órgãos de comunicação. As Universidades também demonstraram interesse na temática, produzindo diversos estudos e pesquisas que se acentuaram no início dos anos 80. As pesquisas mostraram que os menores não eram minoria: 51,1% da população entre zero e dezessete anos pertenciam a unidades domésticas pobres, segundo dados do IBGE.

Um estudo feito pela ONG Visão Mundial em 2019, no Brasil, apontava a existência de 70 mil crianças em situação de rua em todo o país. Essas crianças

são invisíveis para a maioria da população do país. E quando vistas, despertam medo, já que são logo associadas a periculosidade.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió realizou um levantamento em 2022, onde constatou que cerca de 1,1 mil indivíduos vivem em situação de rua na capital. O levantamento indica que 348 crianças e adolescentes de ambos os gêneros com idades entre zero a dezessete anos fazem parte do grupo pesquisado.

No período em que estive na Sinimbu em 2023, conheci dezenas de crianças e adolescentes, cada um com uma história diferente, mas todos marcados pelo estigma social. Alguns desses jovens possuem família, mas por algum motivo pessoal foram expulsos de casa, como é o caso da maioria das travestis ou por abandono familiar. Nesse caso, há um jovem adulto muito respeitado na praça que acolhe e protege alguns meninos e esses passam a chamá-lo de pai como forma de respeito.



Escultura do “Menino Mijão” que foi restaurada em 2022

Ter algum tipo de proteção é importante quando se vive em situação de vulnerabilidade, principalmente nas ruas. Setembro de 2023 foi um mês violento para

quem dormia e frequentava a Sinimbu. Houve o atentado a uma família que dormia aos arredores da praça, o pai recebeu diversos tiros na cabeça e morreu no local, a mãe e o adolescente de dezesseis anos foram socorridos. Após cinco dias internado, o adolescente não resistiu.

A polícia acredita que a motivação do crime pode ter sido a disputa por um ponto de tráfico de drogas na região. Até hoje, ninguém foi preso. O clima era de apreensão, alguns indivíduos migraram para outros locais com medo de serem vítimas de algum atentado.

Diante de casos como esse e de diversos feminicídios cometidos contra travestis em Maceió, em particular na Sinimbu e arredores como a Avenida da Paz, me acomete à lembrança fatos como o massacre da Candelária em julho de 1993, no centro do Rio de Janeiro onde oito jovens foram assassinados.

Embora tenhamos atingido feitos importantes no decorrer desse século, em relação à questão da criança e do adolescente no Brasil, a realidade nos indica a necessidade dos movimentos e centros de defesa dos meninos e meninas de rua ou nas ruas. O olhar sobre a história dos menores no decorrer desse período nos possibilita ver que as questões estruturais da miséria, da fome e do desemprego no país ainda são pouco discutidas e que mais uma vez, a história social do país é reduzida à polícia.

OS CENTROS POPS

Neste capítulo irei discorrer sobre as políticas públicas criadas para assistência às pessoas em situação de rua em Maceió, em particular os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CGAPR), comumente conhecidos como Centros Pops. Trarei à luz da reflexão a atuação dessas unidades de atendimento, traçando um paralelo entre as políticas assistenciais propostas no Decreto nº 7.053/2009 e minha experiência enquanto indivíduo intrínseco à cotidianidade e vivências de uma pessoa em situação de rua, uma vez que, fui personagem e observadora crítica e analítica durante o período em que vivi enquanto uma igual.

Na capital alagoana, existem três unidades do Centro Pop: o Centro Pop I, localizado no bairro do Jaraguá; o Centro Pop II, localizado no bairro da Levada; e o Centro Pop III, no bairro do Benedito Bentes. Os Centros Pops I e II foram implantados em 20 de setembro de 2012, ao passo que a terceira unidade foi implantada em 23 de dezembro de 2022. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (SEMDES) é responsável pela gestão da Política de Assistência Social. A Coordenação Geral dos Centros de Referência Especializados para população em Situação de Rua (CGAPR) faz parte da referida SEMDES e foi responsável pela disposição do documento descritivo alusivo aos Centros Pops solicitado por mim acostado ao processo nº1200.75829.2024.

O referido documento apresenta um relatório descritivo da atuação dos Centros Pops, bem como a oferta de serviços, programas e projetos, a equipe que constitui as unidades e o registro anual e médias mensais dos atendidos por cada uma das três unidades. Destaco que, o documento ao qual tenho acesso apenas apresenta os dados referenciais de 2014 a 2023, no entanto, o Centro Pop III só possui registro de atendimento referente ao ano anterior, 2023. Tratarei desses dados quantitativos mais à frente.

O Centro Pop é uma unidade pública e estatal de abrangência municipal, que faz a oferta de serviços especializados para pessoas em situação de rua. As ações desenvolvidas pelo Centro Pop se integram às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. O relatório especifica quais são essas políticas públicas da seguinte forma:

saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam contribuir no fortalecimento da

autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.

Para um observador distante ou alguém cuja responsabilidade é implementar essas políticas públicas tudo parece correto e de acordo com as diretrizes de atenção ao grupo vulnerável. Porém, o indivíduo subalternizado, caso tivesse conhecimento iria contrapor o que o documento apresenta enquanto políticas públicas aplicadas, pois o que o documento relata não se aproxima da realidade, não é o que se aplica ao cenário cotidiano dos Centros Pops.

Estes indivíduos, se tivessem conhecimento do que a SEMDES e a CGAPR propõem enquanto políticas de assistência à pessoa em situação de rua, possivelmente iriam criar um movimento mesmo que precário de reivindicação pela execução fidedigna do que está documentado. No entanto, as informações às quais tenho acesso não são de conhecimento dos interessados – um dos fatores é a falta da alfabetização - e a insuficiente capacitação daqueles que atuam nos Centros Pops.

A convicção com a qual tenho comigo está alinhada à minha vivência e experiência enquanto estive nas ruas e conheci os Centros Pops tal como ele é, principalmente o Centro Pop I onde busquei atendimento. Trabalho e renda, acesso à moradia, lazer e segurança alimentar são políticas públicas que não ultrapassam a barreira da teoria, não são aplicadas. Ora, se houvesse realmente uma ação eficaz que proporcionasse trabalho e renda ao grupo subalternizado ainda assim eles iriam viver nas ruas sob o relento, a periculosidade e desconforto de estar vulnerável?



Barraco improvisado por um dos casais da praça

A realidade contínua dos Centros Pops demonstra que o plano de políticas públicas que as secretarias e coordenações elaboraram não existe na prática, as diretrizes propostas não são aplicadas totalmente e conforme são descritas.

Ademais, apresentam-se como políticas públicas pensadas para o fortalecimento e restauração do indivíduo: a contribuição para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como a proteção dos mesmos. A maioria das pessoas com quem tive contato não possuem vínculo familiar, existe um distanciamento tanto territorial quanto fraternal. Como dito anteriormente, muitos foram expulsos de casa, como o caso das travestis, que além de terem a moradia e a segurança familiar rompidos ainda perdem o respeito às suas identidades.

O referido documento ainda apresenta outras ações realizadas pelos Centros Pops como a oferta de cortes de cabelo, consulta e atualização do Cadúnico, atendimento da Defensoria Pública, ao Programa Saúde da Gente e atendimento ao Consultório de Rua. Este último, trata-se de um consultório instalado dentro de uma van que atende as pessoas em situação de rua, indo aos principais pontos de convivência. O atendimento é básico, aferição de pressão, temperatura, teste rápido, encaminhamento para outros especialistas em saúde, etc. Como dito anteriormente, esse trabalho realizado pelo Consultório de Rua é altamente importante para a assistência em saúde para essa população.

São esses profissionais que compõem o consultório que primeiro tem acesso aos indivíduos que necessitam de atendimento, orientação e encaminhamento.

Algumas mulheres questionadas por mim, afirmam a boa atuação do Consultório de Rua, visto que, a triagem e atendimentos realizados podem identificar o início de vários problemas, como o caso de câncer de mama que afeta mulheres e homens trans.

Outras ações são citadas como: exposição e discussão de filmes através do Cine Pop, rodas de conversa e atividades de lazer. A leitura desse documento, instantaneamente, me faz contrapor algumas coisas descritas das quais eu não vi, não tive acesso, no período de cerca de três meses em que fui atendida no Centro Pop I. Eu gostaria de concordar e afirmar a veracidade da execução de todas as ações e políticas públicas cujo documento diz. Mas, a experiência que tive e minha responsabilidade enquanto comunicóloga com a imparcialidade me lembram que meu objetivo com esse trabalho é evidenciar, registrar, tornar este projeto uma ferramenta que gere discurso, debates e trazer à luz do conhecimento e reflexão a realidade tal como ela é.

Quando me reuni com a equipe da SEMDES, uma de minhas solicitações foi a descrição dos profissionais que atuam nos Centros Pops. A equipe atuante é constituída pelos seguintes profissionais: coordenador de unidade, assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, auxiliares e analistas administrativos, profissionais de serviços gerais e cozinheiras. A minha solicitação pelo perfil dos profissionais não foi meramente no intuito de deixar registrado, mas sim analisar e identificar se há alguma divergência.

Especificamente, no Centro Pop I, não há “cozinheiras”, à princípio não há cozinha. A comida ofertada advém do Restaurante Popular e é distribuída em dois horários, o café às 08 e o almoço às 11 horas para as 90 pessoas que garantiram suas fichas logo cedo pela manhã. “Educadores sociais, auxiliares e analistas administrativos” parecem cargos fictícios, eu desconheço a atuação desses profissionais no cotidiano das unidades de referência. Em agosto de 2024, a Tribuna Independente realizou uma reportagem sobre as reclamações feitas pelos assistidos das três unidades em Maceió com relação à comida e ao espaço ofertados. As reclamações ocorreram numa vistoria feita pelo Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) no dia 14 de junho de 2024 nas unidades I e II. Na ocasião, foram observados falta de uniformidade nas quentinhas ofertadas,

falta de portas nos banheiros da unidade II e “em relação às atividades recreativas e de interação social, a visita pontuou que são limitadas”.

Trazendo à tona o assunto do que é servido nos Centros Pops, lembro de algumas imagens e odor. Arredores da praça havia muita defecação, fezes com a aparência e o cheiro muito semelhantes. Isso denota a institucionalização da comida ofertada de forma social a diversos setores sejam penitenciárias, abrigos e sim, os Centros Pops. Quando falo em institucionalização da comida, falo na verdade, da padronização, da despreocupação com os alimentos escolhidos e no preparo dos mesmos.

Em minha visita a SEMDES solicitei também o quantitativo de atendimentos por unidades, no momento me foi apresentado visualmente quantitativos desses atendimentos separados por gênero, idade e raça. Porém, o documento ao qual tenho acesso não me traz essas informações. O documento apresenta apenas totais anuais e médias mensais de cada uma das três unidades. Sendo que, as unidades I e II apresentam dados referenciais de 2014 a 2023, já o Centro Pop III só possui registro de atendimento referente a 2023.

Totais anuais e médias mensais, por unidade de Centro Pop e município, alusivos ao campo A.1* do RMA do Centro Pop, de 2014 a 2023.								
-	Centro Pop I		Centro Pop II		Centro Pop III		Maceió - AL	
Ano	Total por Unidade**	Média Mensal por Unidade	Total por Unidade**	Média Mensal por Unidade	Total por Unidade**	Média Mensal por Unidade	Total Geral**	Média Mensal Geral
2014	280	23,33	294	24,50	-	-	574	47,83
2015	215	17,92	321	26,75	-	-	536	44,67
2016	776	64,67	1146	95,50	-	-	1922	160,17
2017	919	76,58	1323	110,25	-	-	2242	186,83
2018	640	53,33	920	76,67	-	-	1560	130,00
2019	528	44,00	781	65,08	-	-	1309	109,08
2020	905	75,42	369	30,75	-	-	1274	106,17
2021	1171	97,58	547	45,58	-	-	1718	143,17
2022	1615	134,58	823	68,58	-	-	2438	203,17
2023	1951	162,58	1366	113,83	1963	163,58	5280	440,00

Fonte: Sistema de Registro Mensal de Atendimentos - RMA (SAGI/SNAS/MDS) - 2014-2023.

* A.1. Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no mês de referência.

*** Em resumo, deve-se entender que os valores alusivos aos totais (por unidade e geral) são cumulativos e não se referem necessariamente a pessoas distintas. Sendo assim, sugere-se, para fins analíticos, utilizar os valores referentes às médias mensais (por unidade e geral) em substituição aos totais, tendo em vista que os valores medianos estarão próximos ao número de pessoas distintas atendidas por mês.*

Visualizando os valores de média em relação ao ano de referência, é possível afirmar que houve um crescimento considerável de atendimentos de 2020 a 2023. Vários fenômenos sociais, indiscutivelmente, geraram o aumento da população em situação de rua e conseqüentemente a procura por políticas assistenciais. A pandemia de Covid-19, em seguida o alto índice de desemprego no Brasil, são exemplos verossímeis disso.

O então presidente do Brasil, nesse período, Jair Bolsonaro fez pouco caso da pandemia mundial que ceifava a vida de milhares. Atuando de forma desprezível e ineficaz ao enfrentamento da doença altamente contagiosa. Os danos deixados pela pandemia são inestimáveis, o desemprego, a fome, perda de trabalho e renda.

A população de rua se constitui em um grupo heterogêneo, caracterizado por extrema pobreza, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional, bem como por utilizar os logradouros públicos em ruínas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, como as casas de repouso, albergues e neste caso a Sinimbu.

A partir do momento em que um determinado indivíduo passa a viver nas ruas, haverá um processo de adaptação à nova realidade, interações serão criadas e possivelmente algum tipo de vínculo com os demais. Essa adaptação gera um afastamento imperceptível da realidade anterior, mas também da sociedade. Não há uma idealização futura por muitos que vivem à margem da sociedade, pois corpos precarizados que não contribuem de forma ativa na sociedade capitalista continuará vivendo na precariedade de uma vida sem esperanças, sem segurança de um futuro que os torne dignos de se inserirem numa sociedade que cobra normas, padrões e que exige a participação ativa e monetária.

DA LUTA PELA VIDA E À SOBREVIVÊNCIA: O QUE FAZ UMA TRAVESTI CHORAR?

Este possivelmente é o capítulo mais lamentoso ao qual com relutância me proponho a escrever. Ele é dedicado à memória de todas as mulheres trans e travestis mortas na capital alagoana. Aqui discorro sobre toda a marginalização e subalternização que as mulheres trans e travestis estão submetidas, bem como as que conheci na Sinimbu. Traço memórias de fatos que vi e vivenciei, além de evocar as mortes midiáticas pelos veículos de imprensa locais. Haja vista que, a mídia não noticia todos os casos ocorridos, eles infelizmente são triviais, acontecem frequentemente e quase todos se

assemelham pela: brutalidade, investigação ínfima e nenhuma punição aos algozes, pois raramente são encontrados.

Passam-se os anos e o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, isso é fato, é deplorável. Em 2023, houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez que cometeram suicídio devido às violências e mazelas. O número de assassinatos aumentou 10,7%, em relação a 2022, quando houve 131 casos. Esses são dados da 7ª edição do Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) divulgados em 29 de janeiro de 2024. Dessa forma, o Brasil torna-se pela 15ª vez o país que mais mata pessoas como eu.

Acredito que os índices são maiores do que os constatados, pois muitos não são noticiados, não há apuração, e como dito, acontecem muito corriqueiramente. Se essa compreensão fosse fundamentada seria mais um repulsivo vislumbre da sociedade. Alguém ainda acreditaria na humanidade? Creio que algumas de nós, aquelas que estão sobrevivendo à margem, que sofreram todo tipo de violência e rechaço já desacreditaram dessa idealização.

Não consigo contabilizar quantas mulheres trans e travestis que conheci e vi circular pela Sinimbu e a Avenida da Paz, são, eram muitas. Idades muito distintas, a maioria menores de 18 anos. Algumas só frequentavam esses espaços à noite para se alimentar e buscar sustento através da prostituição. A violência acompanha essas meninas desde sua adequação de gênero, momento em que transicionam e fogem da normatividade. Quando sofrem retaliação em seus lares e conseqüentemente são expulsas dele, iniciando assim, a perda da dignidade humana, o respeito e amor.

No início, tive o ímpeto de orientar as que mais me aproximei a obterem seus direitos básicos como a retificação de seus documentos, não tive sucesso nessa missão, uma vez que, não houve interesse e a ausência de documentos primários. Mas para uma travesti estigmatizada socialmente, mesmo que esta porte seus documentos retificados civilmente para os agentes da lei ela vai ser ridicularizada e terá sim seu gênero negado. Digo isso porque foi uma experiência que já vivi, não é mera especulação.

Apesar de toda subalternização e marginalidade as quais mulheres trans e travestis estão submetidas, pude identificar qualidades de caráter em muitas das que conversei e criei vínculo de amizade. Durante os momentos de descontração, seja

conversando, jogando algum jogo lúdico, fumando tabaco, compartilhamos nossas histórias, nossas lutas, às vezes algumas idealizações para o futuro, no entanto, sentia o medo na voz das que pensavam numa vida diferente. Quando se vive muito tempo em situação de rua, o futuro parece que não será diferente, não há muita esperança. Mas há a procura por um amor, um companheiro que cuide e as protejam, que sejam o oposto da maioria dos homens que já estão corrompidos pelo machismo, a brutalidade.

Existem muitos casais que vivem na Sinimbu, nem todas as relações são boas. Há casais onde ambos são cisgêneros, casais homoafetivos e casais onde a parceira é trans ou travesti. Não vi evidências de preconceito a casais que fogem da normatividade, existe um determinado respeito pelos nossos corpos na praça, pois assim como eu, as outras inclusive impõem respeito e seus parceiros não permitem discriminação. Também tive um parceiro que foi além do tempo em que estive realizando essa pesquisa de campo, então muito do que vi eu vivi.

Os eventos de abuso psicológico e violência física eram intercalados por momentos de sossego e carinho por parte dos casais independente da construção conjugal. As meninas com quem dialoguei nutriam afeto e até amor por seus parceiros, apesar das eventuais discussões que culminavam em tapas, socos e xingamentos. Muitas vezes, esses parceiros estavam alcoolizados ou sob efeito de alguma droga ilícita, a exemplo do crack. O abuso de álcool e drogas por parte dos homens em geral, momentaneamente, os colocava em alguma situação de perigo como ameaça por dívida e rixa com outros, em alguns casos não havia solução: era fugir ou padecer.

Numa certa manhã, uma travesti foi encontrada morta a facadas debaixo da ponte onde o rio Salgadinho deságua na praia da Avenida. Nesse caso não houve muita especulação, o que se sabia era que ela trabalhava nas ruas, não a conhecia, também não consegui identificá-la através das outras colegas que compartilhavam o mesmo local de trabalho. Parecia que ninguém queria comentar sobre o caso, na época não encontrei notícias midiáticas. Em maio de 2022, no mesmo local, a travesti Larah Skalwalker, de 26 anos, foi encontrada morta por populares. O corpo de Larah foi encaminhado ao IML onde a necropsia constatou morte por asfixia.

Feminicídios como o de Larah há anos são comuns na mesma região, a praia da Avenida à noite é iluminada apenas pela luz da lua, é o cenário perfeito para se cometer atrocidades e sair impune como se nada tivesse acontecido. Essa é mais uma das

mazelas que acompanham as travestis diariamente em seus pontos de trabalho ao longo da Avenida. Eu poderia elencar diversos casos de violência e assassinatos a mulheres trans e travestis em Maceió, mas isso se estenderia para além do foco do meu trabalho e objeto de pesquisa.

No entanto, eu gostaria de lembrar nesse projeto a vida e morte da jovem trans Louise Melo de apenas 18 anos. A jovem teve sua vida ceifada brutalmente com quatro tiros na cabeça no bairro Vergel do Lago, parte baixa de Maceió. Louise estava a caminho de casa com sua amiga quando foi surpreendida por um homem que utilizava balaclava. O caso ocorreu em 11 de dezembro de 2023, e até hoje o assassino não foi preso. Resgato aqui o caso de Louise, pois era amiga de infância de outras travestis que são minhas amigas e sua morte chocou muita gente, gerando uma rede de apoio à família e reivindicação por justiça nas redes sociais. Louise não tinha passagem pela polícia, não era envolvida com qualquer tipo de criminalidade, mas assim como tantas foi vítima do ódio e violência que o *Cistema cultua*.

As mortes de centenas de mulheres trans e travestis no Brasil é um alerta para a necessidade de se acabar com a cultura do ódio e da violência que assola a população LGBTPQIAN+. É fundamental que as autoridades ajam de forma enérgica para investigar e punir os responsáveis por esse e outros crimes motivados por preconceito e intolerância. A sociedade civil também tem um papel crucial na luta por um país mais justo, inclusivo e igualitário para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Por fim, o futuro não parece que será diferente, é o sentimento que compartilho com minhas irmãs travestis. O Brasil continuará liderando o ranking de país mais mortal às pessoas trans e travestis, enquanto não houver políticas públicas ágeis e uma transformação social que altere o *modus operandi* da sociedade como um todo. É necessária uma reforma política, para que mais pessoas LGBTPQIAN+ ocupem espaços públicos de poder, para que ao longo dos anos seja feita uma reparação histórica que desestabilize os pilares do ódio, da violência e da intolerância que foram instaurados desde nossa colonização e que se reformularam mais maléfico quando travestis começaram a ser manchetes de periódicos a partir da década de 60 e 70 no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho, desde fevereiro de 2023 quando iniciei, até os dias atuais me transformaram enquanto pessoa, enquanto travesti, negra e periférica. Foi um processo que foi além dos três meses que vivi na praça Sinimbu observando, estudando, mapeando as formas de sobrevivência que cada indivíduo tomou para si. Este projeto nasceu primeiramente do desejo de contar histórias e revelar como é esse universo que é tão alheio a tantos, inclusive ao poder público. Evidenciar a realidade nua e crua que assola o cotidiano desses humanos cuja humanidade é constantemente negada e dessa forma, criar uma ferramenta de denúncia, de fatos e delinear um instrumento que sirva de documento para visibilizar essas pessoas e re/construção de políticas públicas.

Faz-se fundamental que os órgãos públicos e todos os atores envolvidos compreendem as vulnerabilidades e as reais necessidades da população em situação de rua e formulem estratégias e ações mais equânimes e concretas, dentre elas, avaliar os benefícios da implantação do Consultório na Rua num espaço próximo aos pontos de convivência, a fim de promover, prevenir e recuperar a saúde dessas pessoas frágeis e desprotegidas.

Apesar do meu empenho em conscientizar alguns indivíduos em questões burocráticas, autopreservação, empoderamento e questões de saúde, sinto que ainda posso fazer mais ou melhor, devo. Todos nós devemos fazer ao menos o mínimo para o enfrentamento da temática e a quebra de estigmas, marginalização e exclusão social. Todos que conheci, merecem uma vida onde tenham como base a dignidade, a cidadania e a inserção social.

Por fim, considero a rua, como espaço social onde os diferentes sujeitos transitam, é e sempre foi habitada nos diferentes momentos da história por múltiplos sujeitos e contextos, estes revestidos por diversos olhares e simbologias, dependendo do lugar e tempo em que acontecem. Cabe-nos portanto, o desafio de identificar e desmitificar como são produzidos estes fenômenos: a exclusão social e a permanência dos sujeitos nos espaços da rua, incluindo-os como frutos de uma sociedade que aparta, discrimina, difere, criminaliza e institucionaliza tais experiências, que ela mesmo produziu.

EPÍLOGO

O que levou uma estudante de jornalismo a pesquisar e estudar um tema tão desprezível e trivial à sociedade? Além disso, fazer uma pesquisa de campo, se tornar personagem dessa pesquisa e tecer dignamente um trabalho que pode se configurar enquanto material de estudo e discussões outrora. Esse é um dos objetivos que defini quando fiz a escolha por esse tema ou melhor fui escolhida por ele.

Sendo uma mulher, travesti, negra, advinda do interior, de uma vida onde a extrema pobreza não foi apenas um fenômeno que afetava a terceiros, mas que atravessava a minha fome e a dos meus. Sei o que é estar à margem da sociedade, ser estatística, sobreviver refém de uma sociedade que te escraviza, subjuga e te demoniza. Hoje, sou indesejada, crio repulsa e medo. Eles sabem que, aos poucos, estou quebrando as amarras que impuseram aos meus ancestrais antes mesmo de eu nascer, de ser quem eu sou.

Embora, eu tenha obtido conhecimentos ao longo de minha vida e formação, embora eu tenha estudado de todas as formas cabíveis perante a situação que me acometia e enfim, me tornar um exemplo de conquista ao alçar um voo direto ao curso que sempre almejei. Meu sol é em touro, eu sempre sei quais decisões tomar, apesar de me perder em mim mesma, às vezes. Isso tudo não me afasta das pessoas que conheci e nutri certo apreço durante o período que viria a ser uma parte da metodologia para execução deste trabalho.

Sempre vi o jornalismo como um instrumento social, de reivindicação, de registro de fatos, uma forma de tornar visíveis e audíveis histórias, vozes que anseiam por serem ouvidas e suas histórias contadas. Esse foi, senão, meu principal motivo pela escolha do tema, por abraçar histórias e das quais, ao menos parcialmente, fiz parte.

Com minha mãe passando por uma segunda internação por vício em nicotina, me vi muito só, além de trabalhar, estudar e cuidar da casa e de meus três filhos (animais de estimação), busquei me aventurar para suprir a solidão que sentia. O vazio de minha casa, o eco que ecoava, às vezes se dispersavam nas lágrimas que de meu rosto brotava. Fevereiro de 2023 marcava a volta do carnaval em seu esplendor após a pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo.

Foi nesse fervor dos dias que encerraram os festejos que estive pela primeira vez na praça Sinimbu. Logo conheci três travestis que, esporadicamente, ainda mantenho contato. Recordo a lembrança de ter sido muito bem recebida, conversamos por horas acerca de nossas realidades distintas e foi aí que senti o ser comunicóloga pulsar em mim. À princípio, pensei em formas de auxiliá-las a conseguir direitos básicos a dignidade como eu, sendo uma travesti retificada civilmente. Eu não imaginava que meu eu, minhas certezas e minha vida sofreriam tantas transfigurações.

Ao todo, foram cerca de doze meses envolvida numa trama que envolvia as ruas e me levava até elas. Desses, três meses eu estive vivendo na praça Sinimbu, dormindo, compartilhando da comida distribuída e compartilhando espaços de conversação e convivência como o Centro Pop I e a própria praça. Conheci diversas pessoas e por uma dessas pessoas nutri um amor, uma paixão louca. Foi uma experiência que me moldou, me feriu, mas que me tornou forte e capaz de superar todos os traumas que me acompanhavam.

A rua é um espaço nocivo para a sobrevivência, os eventos aos quais as pessoas que se encontram nessa realidade as moldam incorrigivelmente, às vezes as marcas são tão profundas que nem o amor é capaz de findar. O amor é sujeito ligeiro, rasteiro, derruba e mantém até perceber-se que já não há amor nenhum.

Em alguns momentos, vi a violência de perto, cheguei a ser vítima também quando mantive um relacionamento com um sujeito em situação de rua que foi além do período de pesquisa, esse relacionamento durou quase um ano. Tantas mulheres cisgêneros e travestis eu vi apanhar de seus companheiros em momentos de discussão ou embriaguez. Uma das jovens que mantenho contato até hoje, sofreu dois abortos devido à violência sofrida pelo cônjuge. O machismo está impregnado nessas relações, como as ameaças e torturas psicológicas.

Em contrapartida, ainda lembro com riqueza de detalhes, as risadas de cada criança que brinquei. Havia duas irmãs, menores de cinco anos que me adoravam e era recíproco. Eram vaidosas, como eu, gostavam que eu as maquiasse. Então, dava leves pinceladas de blush nas maçãs daquelas faces lindas e inocentes. Os pais, não se importavam porque viam que não havia maldade.

Lembro da bebê recém nascida, a pessoa mais nova daquela sociedade. Era adorada por todos, todo mundo tentava de alguma forma ajudar. Sob uma lona armada sobre o escorrega da praça, a menor vivia com a mãe e o padrasto usuário de drogas.

A mãe devotava a bebê, até que um dia a criança foi tirada de seus braços pelo conselho tutelar da região devido às condições suscetíveis às quais a pequena estava submetida. Foi possível notar um silêncio que instaurava consolação e apoio à mãe.

Conheci o homem mais velho que frequentava a praça, ele tem moradia, mas ia a praça em busca de alimento e doações. Ele contava histórias hilariantes sobre o passado em tom alto, porque sofre de uma surdez severa. De tantas pessoas, a que eu mais guardo com carinho é o forasteiro vindo de um estado vizinho. Ele veio para Alagoas, principalmente, por não suportar a morte da mãe e o abandono familiar. Seu único vício é o álcool que na verdade é um escape para não sentir a dor de tantos traumas inerentes. Costumávamos ouvir as músicas do grupo Spice Girls, ele conhecia todas elas e sentia a nostalgia de quando era mais jovem.

O único apoio encontrado advém da fé nos orixás e entidades, filho de Iemanjá, ele dorme sob a grama da praia da Avenida onde se sente protegido. A história e o caráter dele me comovem, uma pessoa que detém conhecimentos, mesmo que pouco. No entanto, a vida não tem sido justa com ele e em seu coração já não resta muita esperança.

Os animais também fazem parte da vida de alguns moradores da Sinimbu. Em sua maioria cães, representam um laço afetivo de cuidado e proteção. São todos dóceis, brincalhões, passam o dia brincando com outros cães ou dormindo sob a grama ou com seus tutores em seus leitos improvisados. O Negão é um cachorro adulto, de pelo muito preto e porte imponente, não sai de perto de sua cuidadora, à noite dorme ao seu lado em guarda.

Durante à noite, a praça é um silêncio em sua normatividade. Só há latidos quando acontece alguma movimentação estranha ou algum evento inesperado a exemplo de intervenções policiais que é muito comum ou de facções por disputa de espaços.

SOBRE A AUTORA

Diana Maria Justino de Souza é mulher, travesti, negra de pele clara, alagoana, natural de Arapiraca, mas radicalizada em Maribondo e interiores desse pequeno município do estado de Alagoas. Nasceu erroneamente designada, falando em termos de gênero. Filha de dona Benedita mulher guerreira que trabalhou até onde foi possível, mãe solo, cumpriu as ocupações sociais de mãe e pai, apesar de a filha carregar o sobrenome do genitor.

É multiartista, escritora, poetisa, pesquisadora, criadora de audiovisual independente, fomentadora da Cultura Ballroom no estado através do grupo *House of The Dolls*.

Desde a infância, sabia que o único instrumento para transformação socioeconômica de sua família era a educação. Estudou em escolas públicas e tornou-se a primeira de seu grupo familiar a ingressar na universidade federal. Superou a extrema pobreza, os padrões sociais que impuseram sua identidade de gênero e sobreviveu a diversos tipos de violência.

Diana, nome recebido por Iemanjá, não é apenas uma mulher, um personagem no mundo. Seu desejo é quebrar correntes que a impedem de tornar-se maior, ser a voz dos silenciados, uma agente que dialogue com outros/as para unir forças e realizar transformações sociais por mais simples que pareçam ser, pois a força de uma travesti, de várias travestis é imensurável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniella. **Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado**. 2024. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado>>. Acesso em: 07 set. 2024.

BERNARDINO, Greice. **Maceió tem 1,1 mil pessoas vivendo em situação de rua, diz secretaria**. 2022. Gazeta de Alagoas. Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/392030/maceio-tem-11-mil-pessoas-vivendo-e-m-situacao-de-rua-diz-secretaria>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 set. 2024.

CALHEIROS, Valdete. **Moradores de rua de Maceió reclamam de Centros Pop**. 2024. Tribuna Hoje. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/08/03/141775-moradores-de-rua-de-maceio-reclamam-de-centros-pop>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GARCIA, Maria Fernanda. **Última pesquisa realizada no Brasil mostrava 70 mil crianças em situação de rua**. 2023. Observatório do 3º Setor. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/ultima-pesquisa-realizada-no-brasil-mostrava-70-mil-criancas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 1963. Disponível

em:<https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman_erving_estigma_notassobrea_manipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

GOHN, Maria de Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. Cortez Editora. 1997.

JOSÉ, Aarão. **Polícia Científica divulga causa da morte de trans encontrada na Praia da Avenida**. 2022. Disponível em:<<https://www.policiacientifica.al.gov.br/noticia/343-policia-cientifica-divulga-causa-da-morte-de-trans-encontra-na-praia-da-avenida>>. Acesso em: 22 mai. 2023.